

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 19314/2020

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de BOLSAS DE UROSTOMIA E COLOSTOMIA para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e aos pacientes assistidos pelo Programa de Doenças Crônicas Não transmissíveis – DCNT da Subsecretaria de Atenção Básica pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições de Compras acostada aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã;
Subsecretaria de Atenção Básica – Programa DCNT;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1 - EXCLUSIVO ME/EPP	Bolsa coletora para colostomia/ileostomia, drenável, transparente com barreira de resina mista, com película plástica e antiodor com flange aproximadamente de 10 mm até 80 mm - KARAYA. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	270
2 - EXCLUSIVO ME/EPP	Bolsa para colo/ileostomia de 1 peça, pediátrica, transparente, drenável, recortável aproximadamente 50mm, composta por uma película fina, a prova de odor. Placa composta de resina, com fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	720
3 - EXCLUSIVO ME/EPP	Bolsa de urostomia adulto, sistema de 01 peça plana, com sistema antirefluxo, válvula de drenagem, a prova de odor, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	810
4 - EXCLUSIVO ME/EPP	Anel moldável (com ou sem ceramidas), de aproximadamente 50 mm, para vedação e preenchimento para adaptação do equipamento. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	150
5 - EXCLUSIVO ME/EPP	Anel moldável (com ou sem ceramidas), de aproximadamente 100 mm, para vedação e preenchimento para adaptação do equipamento. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	150
6 - EXCLUSIVO ME/EPP	Barreira protetora de pele sem álcool, evitando dermatite, que não afete a adesão a equipamentos. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	990
7 - EXCLUSIVO ME/EPP	Adesivo flexível, elástico e macio, forma em C, para reforço à fixação e aderência do adesivo da bolsa de estomia e aumento da sensação de segurança. Protege a pele e absorve umidade, mantendo a pele seca. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	3.960

8 - EXCLUSIVO ME/EPP	Pó para estomia, indicado para uso na pele periestomal macerada, mantém a pele seca, absorve a umidade local, exsudatos e secreções reduzindo a irritação. Frasco entre 25g e 30g. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	210
9 - EXCLUSIVO ME/EPP	Barreira protetora em formato de pasta para estomia, indicada para nivelar dobras e irregularidades da pele, aproximadamente entre 50g e 70g. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	150
10 - EXCLUSIVO ME/EPP	Barreira protetora em formato de pasta para estomia, indicada para nivelar dobras e irregularidades da pele, aproximadamente de 15g. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	99
11 - EXCLUSIVO ME/EPP	Kit - 02 peças placa plana, com recorte de aproximadamente 70mm, e bolsa colo/ileostomia transparente, drenável, com ou sem filtro, com ou sem adesivo microporoso e fecho individual, para estomas abaulados e com prolapso. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	810
12 - EXCLUSIVO ME/EPP	Kit - 02 peças placa convexa, com recorte de aproximadamente 70mm, e bolsa colo/ileostomia transparente, drenável, com ou sem filtro, com ou sem adesivo microporoso e fecho individual, para estomas abaulados e com prolapso. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	800
13 - EXCLUSIVO ME/EPP	Kit - 02 peças placa plana, com conexão em flange flotante, click ou com pressão, de aproximadamente 70mm, recortável até 55mm, e bolsa de urostomia, transparente, drenável, com válvula antirefluxo e válvula de drenagem. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	810
14 - EXCLUSIVO ME/EPP	Kit - 02 peças placa convexa, com conexão em flange flotante, click ou com pressão, de aproximadamente 70mm, recortável até 55mm, e bolsa de urostomia, transparente, drenável, com válvula antirefluxo e válvula de drenagem. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	810

15 - EXCLUSIVO ME/EPP	Bolsa para colostomia, abertura do furo 30mm, material polietileno, capacidade 200ml, medidas 14x21cm (LxC). Não estéril. Pacote com 10 unidades.	UN	564
16 - AMPLA CONCORRÊNCIA	Bolsa de colostomia adulta OPACA de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com filtro, com ou sem barreira ceramidas, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	4.590
17 - COTA RESERVADA	Bolsa de colostomia adulta OPACA de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com filtro, com ou sem barreira ceramidas, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	1.530
18 - AMPLA CONCORRÊNCIA	Bolsa de colostomia adulta OPACA de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com , com ou sem adesivo microporoso, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	4.185
19 - COTA RESERVADA	Bolsa de colostomia adulta OPACA de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com , com ou sem adesivo microporoso, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	1.395
20 - AMPLA CONCORRÊNCIA	Bolsa de colostomia adulta TRANSPARENTE, de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com filtro, com barreira ceramidas, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	2.970
21 - COTA RESERVADA	Bolsa de colostomia adulta TRANSPARENTE, de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com filtro, com barreira ceramidas, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	990

22 - AMPLA CONCORRÊNCIA	Bolsa de colostomia adulta TRANSPARENTE de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com filtro, com ou sem adesivo microporoso, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	4.185
23 - COTA RESERVADA	Bolsa de colostomia adulta TRANSPARENTE de 01 peça plana para colo/íleo, drenável e antirruído, à prova de odor, com filtro, com ou sem adesivo microporoso, hipoalergênico, integrado à placa, recortável aproximadamente entre 10 mm e 80 mm, contendo um fecho. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DCNT	UN	1.395

2.2. O quantitativo dos itens a serem adquiridos e sua provável utilização foram baseados nos documentos requisitórios acostado aos autos.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente aquisição de bolsas de urostomia e colostomia visa atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã e ao Programa de Doenças Crônicas Não Transmissíveis pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. Trata-se de uma aquisição extremamente necessária por se tratar de insumos indispensáveis aos pacientes ostomizados, os quais necessitam do material para lhe assegurar o mínimo de dignidade, bem como, resguardar a higiene pessoal do paciente que necessita do tratamento

3.3. O Programa de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) da Subsecretaria de Atenção Básica assiste atualmente a 191 (cento e noventa e um) pacientes cadastrados no Programa, dentre eles adultos e crianças, os quais utilizam em média de 15 a 30 bolsas mensais, de urostomia, colostomia e ileostomia.

3.4. O quantitativo de bolsas requisitado pelo Hospital Municipal Raul Sertã visa atender a demanda de pacientes que passam por procedimentos de videocirurgias realizados no nosocômio. Para tanto a Unidade de Saúde apresentou às fls. 10/12,

Fichas de controle de estoque utilizado para a dispensação do material referente os anos de 2019/2020.

3.5. A presente aquisição se dará através do sistema de registro de preços, o qual não vincula a Administração o ônus de esgotar o quantitativo previsto na Ata registrada, mas, tão somente, a utilização do quantitativo necessário.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega do material de acordo com a solicitação das Unidades Requisitantes, no endereço e horários arrolados abaixo:

4.2. Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde: AVENIDA CONSELHEIRO JULIUS ARP, N.º 80, BLOCO 12, GALPÃO 202, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, nos horários de 09h00min às 16h00min (respeitando o horário de almoço: 12h00 às 13h00min);

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O material deverá ser entregue conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes, com prazo de entrega não superior a 05 (Cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. O prazo de validade dos produtos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.

5.3. A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.3.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.3.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.3.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens são recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.32.00 / 33.90.30.08;

8.1.2. Fonte de recurso 007 – SUS;

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Hospital Municipal Raul Sertão- 30001.10.302.0070.188;

8.2.2. Subsecretaria de Atenção Básica / Programa de DCNT (Doenças Crônicas Não Transmissíveis) – 30001.10.301.0087.2.316;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regularidades:

- 10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3.** FGTS;
- 10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1 (10.1.1 a 10.1.6).

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do presente.

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.9. Manter-se, durante todo o cumprimento da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

16. DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução da contratação, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
ÂNGELA MARIA SARDOU CHARRET	200.0235	FISCAL
FERNANDA NEVES DA VEIGA PACHECO	062.384	GESTORA TITULAR
CERES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA

16.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da presente contratação.

16.5. A verificação das condições dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

17. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TÉCNICA DA CONTRATADA

17.1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo:

17.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

17.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

17.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que abrange inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

17.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

17.1.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

17.1.6. Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações ou outra equivalente na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela empresa participante;

17.1.7. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

17.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (conforme Lei nº 12.440/11), ou pela Certidão Positiva Com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma do art. 642-A §2º da CLT.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

- 18.1.3 - apresentar documentação falsa;
- 18.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.6 - não manter a proposta;
- 18.1.7 - cometer fraude fiscal;
- 18.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 18.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 18.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 18.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
 - 18.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao

licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DA RESCISÃO

19.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

19.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão:

19.2.1. Atraso injustificado na entrega do objeto;

19.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

19.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

20. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

20.1. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Termo de Referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 062.384

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da lei Federal Nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137